



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

PARECER

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

MATÉRIA: VETO AO PROJETO DE LEI N. 057/2023

I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 057/2023, de autoria do vereador SABRINA B. ASTORI, recebeu **VETO TOTAL** por parte do Poder Executivo Municipal não devendo prosperar por conter vício de material.

O Veto em questão submeteu-se à apreciação desta douta Comissão para análise e parecer conforme determina o art. 188 § 5º do nosso Regimento Interno, *in verbis*:

“Art. 188 Aprovado o Projeto de Lei na forma regimental, o Presidente da Câmara, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o enviará ao Chefe do Poder Executivo que, concordando, o sancionará.

(...)

§ 5º - Recebido o veto, será encaminhado à Comissão de Redação e Justiça, que poderá solicitar audiência de outras Comissões. “

O Presidente da Comissão de Redação e Justiça encaminhou a matéria à Relatora, Vereadora Kamilla Rocha, para manifestar-se acerca do aspecto constitucional, jurídico, gramatical e lógico do Veto em epígrafe.

É o relatório.

II. VOTO DA RELATORA

Prefacialmente neste voto deve-se mencionar o art. 47, inciso XVIII da LOM, que defende sobre a deliberação desta Casa de Leis a respeito de Vetos emitidos, transcrevo:

“Art. 47 É de competência exclusiva da Câmara Municipal, entre outras previstas nesta Lei Orgânica:

Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro de Guarapari/ES CEP: 29.200-180



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 320030003200390031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

(...)

XVIII – conhecer do veto e sobre ele deliberar;”

Deixando claro a premissa legal supramencionada, segue a análise exclusivamente técnica a respeito desta matéria.

Versa o referido Veto que a proposição em si, do Projeto de Lei, que dispõe sobre organização administrativa e orçamentária do Poder Legislativo, trata de interesse local, cuja competência legislativa pertence ao ente municipal.

Pois bem.

Segundo o Ofício do Gabinete do Prefeito do Município de Guarapari tombado sob o n. 113/2023, encaminhado à Câmara Municipal, relata que o procedimento administrativo foi encaminhado à Douta Procuradoria Municipal, o qual manifestou contrária à referência utilizada na proposição, eis que o referido Projeto de Lei apresentam vício de inconstitucionalidade, conforme parecer anexo.

Diante as informações do setor da Procuradoria Municipal, para análise, por sua vez, manifestou pelo veto parcial, conforme razões anexas, com recomendação técnica, como fundamento para o veto parcial.

Em que pese a intenção do Legislador, deve-se ressaltar que o presente Projeto de Lei viola princípios básicos de sua competência. Assim, há vício insanável a macular a proposição, não podendo ser sancionada em sua .

Ressalta-se que a presente análise desta comissão é estritamente jurídica, imparcial e **OPINATIVA**.

Considerando as alegações correlatas e supracitadas, em estudo da matéria em análise, esta douta comissão, se manifesta **FAVORAVELMENTE** ao Veto Total ao **Projeto de Lei nº 057/2023** por argumentos que sustentam efetivamente a contrariedade por existir vícios insanáveis a macular a presente proposição.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos **FAVORAVELMENTE** ao **Veto Parcial** ao **Projeto de Lei 057/2023**, recomendando e **OPINANDO** pela sua manutenção.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

É o nosso parecer.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Redação e Justiça, em reunião, aprovou por **UNANIMIDADE** o parecer da Relatora ao Veto Parcial ao **Projeto de Lei 057/2023**, sendo, portanto, **FAVORÁVEL** e sugerindo sua manutenção.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 2023.

KAMILA ROCHA

RELATORA

MAX JUNIOR

MEMBRO

OLDAIR ROSSI

PRESIDENTE

